

Segue abaixo a lista dos trabalhos aprovados (ARTIGO E RESUMO EXPANDIDO) para o XVI CONJURI.

A apresentação dos trabalhos na modalidade resumo expandido serão na forma de painel dialogado (banner) que será feita nos dias 28/08/2024 OU 29/08/2024, no período vespertino, na Sede da OAB/Maringá, conforme será divulgado na página desta (<https://www.oabmaringa.org.br/s-projects-basic>) alguns dias antes do evento. Por sua vez, os artigos científicos serão apresentados na modalidade de apresentação oral, também na Sede na OAB.

Para publicação em Anais, caso o resumo expandido tenha mais de 1 autor a exposição/apresentação poderá ser feita por apenas 1 deles durante o horário estabelecido. Já para a obtenção do certificado de apresentação, o(s) autor(es) deverão(á) estar presente(s) no local, dia e hora a serem designados. Já para os artigos, é necessário que ao menos um dos autores apresente o trabalho.

Conforme disposição do Art. 3º, do Edital 002/2024 (https://www.oabmaringa.org.br/files/ugd/3f3ba3_c99343478886441db72fa4ca5dd052c3.pdf), todos trabalhos da modalidade resumo expandido deverão entregar Banner na Sede da OAB, no dia 23/08/2024 (sexta-feira anterior ao evento), entre 09h até 17h.

Ressaltamos ainda:

O banner tem um template (MODELO) específico do evento (https://www.oabmaringa.org.br/files/ugd/3f3ba3_03184150998440d08a4f65c5dd778348.pptx?dn=modelo%2520banner.pptx) que, caso não seja obedecido, não poderá ser apresentado.

O texto utilizado no painel impresso (banner) não deverá ser o mesmo submetido à avaliação (no resumo expandido). O Autor poderá concentrar no banner as informações principais e as caixas de texto poderão ser ajustadas de acordo com a necessidade de cada trabalho. Utilize todos os recursos visuais disponíveis para que seu painel desperte o interesse dos participantes (figuras, cores etc.). Organize as informações de forma que as ideias de seu trabalho sejam facilmente apreendidas.

O painel deverá ser autoexplicativo, obedecendo à dimensão de 90 cm largura por 120 cm de altura e deverá conter barbante nas laterais superiores para amarração. O tamanho da fonte deverá permitir sua leitura a dois metros de distância.

Att.,

Organizadores.

Tabela 01: Artigos científicos aprovados:

Título do artigo	Autor1	Autor2	Autor3
A CERTIFICAÇÃO INSTITUCIONAL E MODERNIZAÇÃO DA GESTÃO DOS REGIMES PRÓPRIOS DE PREVIDÊNCIA SOCIAL “PRÓ-GESTÃO RPPS”, EM MUNICÍPIOS DO NORTE DO PARANÁ	Eluiza Messiano Bettega	Angélica Ferreira Rosa	Erik Ferreira de Araújo

A CONSTITUCIONALIDADE DA CRIAÇÃO DO BANCO NACIONAL DE PERFIS GENÉTICOS E A COLETA INVOLUNTÁRIA DO MATERIAL GENÉTICO PARA FINS DE IDENTIFICAÇÃO CRIMINAL	Braulio German Gomez	Taís Zanini de Sá	Débora Goeldner Pereira Oliveira
A EXPANSÃO DO PAPEL DO JUDICIÁRIO NA GARANTIA DE DIREITOS FUNDAMENTAIS E SUPLEMENTAÇÃO DE LACUNAS LEGISLATIVAS NO BRASIL: UM ESTUDO SOBRE ATIVISMO JUDICIAL E EQUILÍBRIO ENTRE OS PODERES	Joaquim Pedro de Oliveira Volante	Roberson Neri Costa	
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE APLICAÇÕES À LUZ DO MARCO CIVIL DA INTERNET	Arthur da Silva Sossai de Oliveira	Rosilene Terezinha de Paiva	
A SOBRE-ESTADIA DE CONTAINERS OU DEMURRAGE: UMA ANÁLISE JURISPRUDENCIAL NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO PARANÁ	Cláudia Regina Vroniuk	Giovana Porcelani Bergamo	
AS DUAS FACES DE JANUS: DIÁLOGOS ENTRE A OBRA “O ÚLTIMO DIA DE UM CONDENADO”, DE VICTOR HUGO, E A ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Maria Eduarda de Carvalho Cardoso	Valine Castaldelli Silva	
ASSÉDIO MORAL: CRIMINALIZAÇÃO E PROTEÇÃO AO TRABALHADOR	Francieli Estefânia	Marllon Beraldo	
DIREITO DE AUTOR E A INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO DIREITO BRASILEIRO: BREVES APONTAMENTOS	Ezequiel Anderson Junior	Arthuro Giacopini Ribas	
DIREITO DE FAMÍLIA E DIREITO PENAL: UMA INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA DO HOMICÍDIO FUNCIONAL EM RELAÇÃO À SOCIOAFETIVIDADE	João Pedro Andrade	Camila Virissimo R. da Silva Moreira	
DIREITOS DA PERSONALIDADE E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE HUMANA: O PAPEL DA INDENIZAÇÃO NA REPARAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELO PODER PÚBLICO	Giovana Porcelani Bergamo	João Lucas Foglietto de Souza	
FEMINIZAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL: UM OLHAR CONTEMPORÂNEO	Janaina de Castro	Daiane Vieira da Cruz	

	Marchi Medina		
FORÇAS ARMADAS E PODER MODERADOR: A DECISÃO DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL NO ÂMBITO DA ADI Nº 6.457/DF	Danilo Camargo Grasso	Giovanna Mello Galan de Lima	Solange Montanhe r Rosolen
IMPLEMENTAÇÃO DE TESTES DE GRAVIDEZ NO EXAME DEMISSSIONAL: REDUÇÃO DE RISCOS E SEGURANÇA JURÍDICA PARA OS EMPREGADORES, EMPREGADAS DA INICIATIVA PRIVADA E AOS COFRES PÚBLICOS	Natalia da Silva Pereira	Okçana Yuri Bueno Rodrigues	
MODERNIDADE LÍQUIDA E DIREITO DE FAMÍLIA: OS RELACIONAMENTOS AFETIVOS À LUZ DA TEORIA DE ZYGMUNT BAUMAN E O IMPACTO DO ANTEPROJETO DO CÓDIGO CIVIL	Vitória Fatima de Oliveira Schuh	Valéria Silva Galdino Cardin	
O DIREITO COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA E JUSTIÇA SOCIAL: UM ENFOQUE NA INCLUSÃO EDUCACIONAL POR INTERMÉDIO DAS LEIS DE ACESSIBILIDADE	Isadora Andrade Prates de Almeida	João Francisco Toso	
PERSPECTIVAS SOBRE A RESPONSABILIDADE CIVIL DA PESSOA JURÍDICA COM BASE NA APLICAÇÃO E PROVIMENTO DE SISTEMAS DE INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: AFINAL, QUEM RESPONDE PELO DANO?	Arthuro Giacopini Ribas		
PROIBIÇÃO TOTAL DO ABORTO NO ESTATUTO DO NASCITURO: UM CONTRAPONTO COM A LEGALIZAÇÃO DO ABORTO E A VIOLAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES	João Pedro dos Santos	Mariana Carolina da Silva Neto	Cléber Sanfelici Otero
REVISÃO JUDICIAL E SUSTENTABILIDADE DAS RELAÇÕES JURÍDICAS DE TRATO CONTINUADO: UM ESTUDO DA AÇÃO RESCISÓRIA E DA <i>QUERELA NULLITATIS INSANABILIS</i>	Marina Miranda Baliscei	Silvio Alexandre Fazolli	
TUTELA DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE DO NASCITURO	Geovana Galina Della Torre	Maira Prete Darici	Heloísa Fernanda Premebida Bordini

Já para os resumos expandidos, temos como tabela:

Tabela 02: Lista de resumos aprovados

Título do resumo expandido	Autor1	Autor2	Autor3
(IR)RACIONALIDADE LEGISLATIVA: A LEGÍSTICA DO TERMO “INDICIADO” NA MEDIDA ASSECURATÓRIA DE HIPOTECA LEGAL NO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL BRASILEIRO	Julia Farias Caparroz	Valine Castaldelli Silva	José Alexandre Lisboa
“IMPOSSÍVEL SABER O QUE É”: O VIÉS HUGOANO E A FACE DE JANUS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	Maria Eduarda de Carvalho Cardoso	Valine Castaldelli Silva	
“PINK TAX”: O IMPOSTO SOBRE GÊNERO E NÃO SOBRE COR	Rafael Ribeiro de Macedo	Daniela Menengoti Gonçalves Ribeiro	
A (IR)RETROATIVIDADE DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL: A MUNDIVIDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Gabriel Goes dos Santos	Valine Castaldelli Silva	Wellington Evaristo Barbosa
A APLICAÇÃO DO PROCESSO RECUPERACIONAL EM COOPERATIVAS-EXCEPCIONALIDADE DA LEI 1110-2005 À LUZ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	Gabriel Pintor de Melo Silva	João Pedro Leal	Andryelle Vanessa Camilo Pomin
A APLICAÇÃO DO PROCESSO RECUPERACIONAL EM COOPERATIVAS: EXCEPCIONALIDADE DA LEI 11.101/2005 À LUZ DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	Gabriel Pintor de Melo Silva	João Pedro Leal	Andryelle Vanessa Camilo Pomin
A AUDÁCIA DO JULGAMENTO SOB O VIÉS DO ART. 385 DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL: SENTENÇA CONDENATÓRIA, JUIZ DAS GARANTIAS E SISTEMA PROCESSUAL PENAL ACUSATÓRIO	Isabella Beatriz Ferreira	Kézia Barbosa da Rosa	Valine Castaldelli Silva
A AUSÊNCIA DE CONTROLE DA ATIVIDADE INTELECTIVA DO JURADO: O PRINCÍPIO DA PRESUNÇÃO DE INOCÊNCIA E A INFLUÊNCIA MUDIÁTICA EM CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA	Giovanna Vitória Pasquini Ferro	Giovanna Vitória Pasquini Ferro	
A deficiência visual no Direito Previdenciário: reflexos da Lei nº 14.126/2021	Mateus Cardoso do Nascimento	Monica Cameron Lavor Francischini	
A EFICÁCIA DA CONCESSÃO DO BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA AO ESPECTRO AUTISTA	Lucas Lourenço Ramos da Silva	Monica Cameron Lavor Francischini	
A ILICITUDE NO QUINTAL DE CASA: ESTUDO DO HABEAS CORPUS Nº 240.189 DE MARINGÁ-PR	Isabella Garbelini Kondo	Valine Castaldelli Silva	

A IMPERTINÊNCIA DA CRIAÇÃO: SHARETING VERSUS O PRINCÍPIO DO MELHOR INTERESSE DA CRIANÇA	Mariana Manieri Pires Cardoso	Valine Castaldelli Silva	
A IMPORTÂNCIA DA COMUNICAÇÃO NÃO-VIOLENTA NA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS	Angelica Ferreira Rosa	Gabriel Savio Tavares da Mota	Taís Zanini de Sá
A LIBERDADE DE EXPRESSÃO NAS REDES SOCIAIS E A RESPONSABILIDADE CIVIL DOS PROVEDORES DE APLICAÇÕES À LUZ DO MARCO CIVIL DA INTERNET	Arthur da Silva Sossai de Oliveira	Rosilene Terezinha de Paiva	
A MEDIAÇÃO COMO FORMA DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS NO ÂMBITO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	Ana Elisa Böing Robl	Flávio Vieira Campos Silva	
A PRÁTICA DO OVERSHARETING COMO VIOLAÇÃO AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	Ana Elisa Böing Robl	Andressa Secchi Marra	Flávio Vieira Campos Silva
A PRODUÇÃO AGRÍCOLA COMO BEM ESSENCIAL NA RECUPERAÇÃO JUDICIAL	Alan Rogério Mincache	Aldemir Marques Inacio Junior	
A PRODUÇÃO PATOLÓGICA DA VÍTIMA PERFEITA E O JULGAMENTO DA ADPF Nº 1107/DF: QUEM MERECE A PROTEÇÃO DO ESTADO?	Millena Domingues Francelino	Valine Castaldelli da Silva	
A PROTEÇÃO DA IMAGEM DO TRABALHADOR: LIMITES E IMPLICAÇÕES LEGAIS NO USO DE IMAGEM EM PROPAGANDAS E MARKETING EMPRESARIAL	Ana Carolina Monteiro Quessada	Okçana Yuri Bueno Rodrigues	
A SOBREVIVÊNCIA DE FINTECHS EM MEIO AO ESCRUTÍNIO FISCAL E FINANCEIRO NO MUNDO DIGITAL	Luis Roberto de Vasconcelos Maia Mancinelli	Thomaz Jefferson Carvalho	
ABORTO LEGAL EM CASO DE ESTUPRO E PRAZO PARA ESCOLHA DA GESTANTE VÍTIMA DE VIOLÊNCIA	Emanoel Bratífiche	Ezequiel Anderson Junior	
ANÁLISE DA DIGNIDADE DOS BENEFICIÁRIOS DO INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL E DA PROTEÇÃO EM FACE DA AUTOMAÇÃO PREVISTA NA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988	Talita Jhenifer Bertusso Malheiros	Daniely Cristina da Silva Gregório	
ANÁLISE DA LEI DE MIGRAÇÃO Nº 13.445/2017 E A DEFESA DOS DIREITOS HUMANOS DOS MIGRANTES NO BRASIL	Hadassa Caroline Dias Rocha	Kainan Gabriel Olivieri de Aguiar	Maíra de Paula Barreto Miranda
ANÁLISE DAS MOTIVAÇÕES POR TRÁS DO ARREPENDIMENTO NA DECISÃO DE ENTREGA VOLUNTÁRIA PARA ADOÇÃO	Geovana Galina Della Torre	Maira Prete Darici	Heloísa Fernanda Premebida Bordini

ASPECTOS CONTROVERTIDOS DA USUCAPIÃO FAMILIAR	Gabriela Moreira Lima	Tamires Barros de Souza	Lucas Yuzo Abe Tanaka
AUXÍLIO RECLUSÃO – PERSPECTIVAS HUMANAS E A PROTEÇÃO À FAMÍLIA DOS SEGURADOS	Bianca Buttgen	Monica Cameron Lavor Francischini	
BREVE ANÁLISE DO INSTITUTO DA USUCAPIÃO ESPECIAL URBANA: AVANÇO SOCIAL X POSSIBILIDADE DE CRIAÇÃO DE LOTEAMENTOS CLANDESTINOS	Angelica Ferreira Rosa	Gislaine Vanesa Peternelli Vargas	Taís Zanini de Sá
CONDUTA ÉTICA E A SUSTENTABILIDADE EMPRESARIAL NO AGRONEGÓCIO	Higor de Carvalho Fratta	Gislaine Vanesa Peternelli Vargas	Paulo Daniel Júnior
CÔNJUGE SOBREVIVENTE: DIREITOS SUCESSÓRIOS EM DEBATE NA PROPOSTA DE REFORMA DO CÓDIGO CIVIL	Marina Miranda Baliscei	Paulo Roberto Veroneze	
CONTRATO DE DEPÓSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS	Ana Lucia Lampugnani	Marcos Antonio Santana De Lima	Natália Lopes Lazaretti Sara Oliveira Tejero
CULTURA DO LITÍGIO: CAUSAS E SOLUÇÕES POR MEIO DE MÉTODOS ALTERNATIVOS	João Paulo Carreteiro	Vinícius E. S. Asbar	Taís Zanini de Sá
DA APLICABILIDADE DA JUSTIÇA RESTAURATIVA NOS CASOS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA A MULHER	Maria Beatriz Visioli	Fernanda Moreira Benvenuto Mesquita Simões	
DA RELAÇÃO HISTÓRICO-CRÍTICO DO DIREITO E CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS DA ANÁLISE DAS TEORIAS DA APRENDIZAGEM DE WILLIAM GLASSER	Luana Dias Roque		
DESAFIOS E IMPACTOS JURÍDICOS NA REGULAMENTAÇÃO PARA FINS MEDICINAIS DA CANNABIS	CAMILA CRISTINA SARRO	LEANDRO NORBERTO DOS SANTOS	NICOLAS SARRO PORTO
ENTENDIMENTOS DA HOLDING RURAL NO AGRONEGÓCIO	Gabriel Monarin	Marcelo Soares Negri	
EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL DE BEM MÓVEL OBJETO DE ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA: CENÁRIO APÓS MARCO LEGAL DAS GARANTIAS (LEI 14.711/23)	Beatriz de Lima Costa	Maria Fernanda de Lima Costa	Kellen Silva Moreira Fernandes
FUNÂMBULO CÍVEL OU PENAL?: A COISA JULGADA NAS QUESTÕES PREJUDICIAIS HETEROGÊNEAS	Heloisa Niero Santos	Valine Castaldelli Silva	
HERANÇA DIGITAL E OS DIREITOS DA PERSONALIDADE	Ana Luize Zunta	Josyane Mansano	
INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL E DIREITOS INDIVIDUAIS: REFLEXÕES SOBRE O RECONHECIMENTO FACIAL	Caroline Cristina	Mayume Caires Moreira	

	Monteiro Cardoso		
LEGÍSTICA DO ART. 28-A DO CPP E GENEALOGIA FOUCAULTIANA: A (IM)POSSIBILIDADE DE OFERECIMENTO DO ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL EM INFRAÇÕES PENAIS COM RESULTADO VIOLENTO NA MODALIDADE CULPOSA	Kézia Barbosa da Rosa	Isabella Beatriz Ferreira	Valine Castaldelli Silva
MAQUINARIA SISTÊMICO-PROCESSUAL: A ABSOLVIÇÃO POR CLEMÊNCIA NOS CRIMES DE FEMINICÍDIO E O PARADIGMA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	João Luis da Silva	William Pereira Santos	Valine Castaldelli Silva
MEDIAÇÃO DIGITAL um novo paradigma na resolução de conflitos e acesso à justiça	Gabriela Amorim Paviani	Gustavo Padilha Povodenhak	Marcia Balestri Gongora
NEM PRESA E NEM MORTA: PL 1904/24 e o aborto legal.	Maria Luísa Mattei Rodrigues		
O DIREITO COMO INSTRUMENTO DE CIDADANIA E JUSTIÇA SOCIAL: UM ENFOQUE NA INCLUSÃO EDUCACIONAL POR INTERMÉDIO DAS LEIS DE ACESSIBILIDADE	Isadora Andrade Prates de Almeida	João Francisco Toso	
O IMPACTO DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS NO PROCESSO NEGOCIAL	Gabriela Amorim Paviani	Bruno Pinha Ribeiro	Djanny Nazário Ribeiro
O PACOTE ANTICRIME TORNOU O SISTEMA PROCESSUAL PENAL BRASILEIRO ACUSATÓRIO?	João Pedro Stevanato	Alexandre Ribas de Paulo	
O PAPEL DO PRINCÍPIO DA PRESERVAÇÃO DA EMPRESA NO ORDENAMENTO JURÍDICO BRASILEIRO	Fernanda Honorato Martins	João Gabriel de Marchi Martins	Kellen Silva Moreira Fernandes
O SUPERENDIVIDAMENTO DO CONSUMIDOR IDOSO: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 14.181/2021	Silvio Alexandre Fazolli	Pedro Henrique Roncada Pinzan	Maria Eduarda Frazatto Dias
O USO (IN)DISCRIMINADO DOS ANTECEDENTES CRIMINAIS DA VÍTIMA NO PLENÁRIO DO TRIBUNAL DO JÚRI: ESTUDO DE CASO DO HABEAS CORPUS Nº 0031608-58.2024.8.16.0000/PR	Wellington Evaristo Barbosa	Gabriel Goes dos Santos	Valine Castaldelli Silva
O VALOR DAS PROVAS EM ANO ELEITORAL: ESTUDO DO TEMA Nº 979 DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	Júlia Santini Meneghin	Valine Castaldelli Silva	
OS DESAFIOS ENFRENTADOS PELAS MULHERES NO SISTEMA PRISIONAL E A DIFICULDADE DA REINTEGRAÇÃO SOCIAL	João Pedro Petrico Teixeira	Matheus Bueno Guieti	
OVERCOMPLIANCE: O CUIDADO EM EXCESSO COMO BARREIRA À PREVENÇÃO À LAVAGEM DE DINHEIRO	Luis Roberto de Vasconcelos Maia Mancinelli	Thomaz Jefferson Carvalho	

PRIVACIDADE INFANTIL EM FOCO: O DEBATE SOBRE SHARENTING	Caroline Cristina Monteiro Cardoso	Rafaela Cavequia Botan	Mayume Caires Moreira
ROMANTIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE NO BRASIL: POR MEIO DAS MÍDIAS EM GERAL	Geovana Paviani Tomaz	Kayane Emanuele Marcomini Massinani	Camila Virissimo Rodrigues da Silva Moreira
ROMANTIZAÇÃO DA CRIMINALIDADE NO BRASIL: POR MEIO DAS MÍDIAS EM GERAL	Geovana Paviani Tomaz	Kayane Emanuele Marcomini Massinani	Camila Virissimo Rodrigues da Silva Moreira
SISTEMA ACUSATÓRIO PARA QUEM?: O ART. 3º-A DO CÓDIGO DE PROCESSO PENAL E O JULGAMENTO DA ADIN Nº 6.298/DF	Mariana Sayuri Miura de Oliveira	Valine Castaldelli Silva	
TRAGÉDIA EM CAPITÓLIO E A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO: DEVER DE INDENIZAR OU DESASTRE NATURAL?	Emanuela Dal Santo Pereira	Suelen Cristina Chaves Andrade	Edson Mitsuo Tiujo
TRANSPLANTE DE ÓRGÃOS: UMA ANÁLISE JURÍDICA E ÉTICA SOB O ENFOQUE DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS DA PERSONALIDADE	Ingrid dos Santos Araujo	Valéria Silva Galdino Cardin	
Tutela Jurídica da Posse: Análise das Interfaces entre Usucapião e Regularização Fundiária em Áreas Rurais	Ana Julia Freire Paião		
UMA ANÁLISE CRÍTICA À INFLUÊNCIA DA MÍDIA NA SOCIEDADE	Maria Cláudia Alves Germendorff	Stephany Christina Amaral Polonio	Camila Virissimo R. S. Moreira
UMA ANÁLISE DO RACISMO INSTITUCIONAL E IMPUNIDADE NO CONTEXTO BRASILEIRO ATRAVÉS DO RECONHECIMENTO FOTOGRÁFICO	Emilly Caroline de Melo Azevedo	Natália Chagas	Matias Guerra

29/07/2024

Att., Ezequiel Anderson Junior.

Coordenador Científico da XVI edição do CONJURI.